

# ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO/BA

Ivan Luiz Ferreira da Silva  
Murillo Lago Menezes  
Neidiana Braga da Silva Souza  
Robério Chaves Pinheiro  
Temistocles Damasceno Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

## RESUMO

O presente estudo analisou as políticas públicas de esporte e lazer implementadas no município de Belo Campo/BA, no período de 2009 a 2017. Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e de natureza qualitativa. Para tal, realizou-se uma análise dos seguintes documentos: Planos Plurianuais, Leis Orçamentárias Anuais, Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e os convênios estabelecidos com o Ministério do Esporte (ME) e com a Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (SUDESB). Em relação à organização dos dados, elencou-se as categorias analíticas estabelecidas por Barros (2009), a saber: base legal; aparato institucional; planejamento e gestão; controle social. Os dados revelaram a reorganização administrativa do esporte e lazer por meio de dispositivos legais. Por outro lado, constatou-se uma dissonância entre a alocação e a execução orçamentária bem como a ausência de instrumentos de controle social correlatos a política em questão. Sendo assim, concluiu-se a adoção de uma lógica incremental apesar da distinção político-ideológica dos governos analisados.

**Palavras-chave:** Política Pública. Ideologia. Esporte. Lazer.

## ANALYSIS OF SPORTS AND LEISURE POLICIES IMPLEMENTED IN THE MUNICIPALITY OF BELO CAMPO/BA

## ABSTRACT

The present study analyzed the public policies of sports and leisure implemented in the city of Belo Campo/BA, from 2009 to 2017. It is a documental, exploratory and qualitative research. For this purpose, the following documents were analyzed: Pluriannual Plans, Annual Budget Laws, Summarized Reports of Budget Execution and the agreements established with the Ministry of Sports (ME) and the Superintendency of Sports of the State of Bahia (SUDESB). In relation to the organization of the data, the analytical categories established by Barros (2009) were listed, namely: legal basis; institutional apparatus; Planning and management; social control. The data revealed the administrative reorganization of sport and leisure through legal devices. On the other hand, there was a dissonance between the allocation and budget execution as well as the absence of instruments of social control related to the policy in question. Thus, the adoption of an incremental logic was concluded despite the political-ideological distinction of the governments analyzed.

**Keywords:** Public Policy. Ideology. Leisure.

## INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitou uma série de prerrogativas que ampliaram a autonomia dos municípios em relação ao desenvolvimento de políticas sociais. Ao mesmo tempo, o esporte e lazer passaram a ser reconhecidos enquanto fenômenos a serem fomentados pelo poder público. Contudo, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o perfil do setor esportivo identificou um número reduzido de atos legais voltados ao esporte e lazer, o baixo percentual de recursos financeiros públicos, a limitação dos programas e projetos implementados e a fragilidade do controle social do setor esportivo na maioria dos municípios brasileiros (IBGE, 2016).

Em contrapartida, a literatura científica nacional ainda retrata a política pública de esporte e lazer de maneira segmentada. Entre os estudos desenvolvidos na área, as análises acerca da política esportiva no município de Jacobina/BA – 2013 a 2016 (SANTOS; RAMOS, 2017); nos municípios que compõem o território médio Rio de Contas (RIBEIRO; SILVA; ALMEIDA, 2016) e no município de Jaguaquara (SANTOS; SILVA; OLIVEIRA, 2015), delinearum um foco para os arranjos constitucionais estabelecidos através do processo de implementação do ordenamento legal do campo esportivo nos municípios investigados. Em adição, os estudos sobre o investimento público nos municípios baianos (SANTOS; CANAN; STAREPRAVO, 2018), o gasto com esporte na cidade de Capim Grosso (SOUZA; SILVA, 2017), a análise da estrutura financeira do esporte no município de Ipiaú/BA (SILVA; COUTO; SANTOS, 2014) e a análise da estrutura financeira destinada ao lazer no município de Jequié/BA (SILVA; ÁVILA, 2014), privilegiaram a compreensão do processo evolutivo do orçamento esportivo nos municípios abordados.

A análise das políticas públicas de esporte e lazer no município de Serrolândia (COSTA; SILVA, 2017), as políticas públicas de esporte no município de Quixabeira entre os anos de 1989 a 2016 (MENDES; RAMOS, 2017), as políticas públicas de esporte da cidade de Saúde/BA (SILVA; NOVA, 2017) e a política esportiva do município de Jequié/BA e seus reflexos no desenvolvimento urbano (SILVA; SOUZA; MARTA, 2017), enfatizaram os agentes e o controle social da política esportiva analisada. Por outro lado, o estudo sobre a política pública de esporte e lazer implementada no município de Barra do Rocha/BA (SOUZA et al., 2018), analisou diversos elementos estruturantes da referida política.

Neste sentido, despertou-se o interesse em compreender a dinâmica da política pública de esporte e lazer em diversos contextos sociais, em especial, nos municípios baianos. No intuito de contribuir com a produção em questão, o presente estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas de esporte e lazer implementadas no município de Belo Campo/BA. Vale destacar que, o presente estudo é proveniente de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Centro de Estudos em Gestão do Esporte e Lazer (CEGEL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), o qual analisa as referidas políticas nos municípios que compõem os territórios de identidade do Estado da Bahia.

Enquanto procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e abordagem qualitativa (GIL, 2008). De acordo com Mendonça (2009, p.13) a pesquisa exploratória visa criar maior familiaridade em relação a um fato/fenômeno/processo, investigando o estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto. O recorte temporal relaciona-se ao estudo sobre a administração delineada pelo poder público local no período de 2009 a 2016. A coleta de dados foi realizada a partir da análise documental, explorando assim, os seguintes materiais: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária. Ao mesmo tempo, foram coletados dados sobre as despesas com a função Desporto e Lazer (FDL) no portal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Também foram coletadas informações sobre os convênios estabelecidos com o Ministério do Esporte e a Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) por meio dos portais da transparência Federal e Estadual. Além disso, foram coletadas as propostas de governo publicadas pelo partido eleito durante as campanhas 2008 e 2012, no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Posteriormente, realizou-se a leitura seletiva e análise dos materiais selecionados com vistas à organização dos dados através das categorias elencadas na pesquisa. Desta forma, utilizou-se as categorias analíticas propostas por Barros (2009), a saber: arcabouço legal (presença de marcos legais que sustentem a administração da política); aparato Institucional (existência de estruturas administrativas, recursos humanos e a relação entre execução financeira e orçamento); planejamento e gestão; (modelos de planejamento adotados pela gestão); controle social; (parcerias firmadas pela gestão, relação com outras organizações, nível de participação popular e transparência).

No primeiro momento, apresentou-se a caracterização do município investigado tendo como foco os aspectos, sócio econômicos e demográficos. Em adição, delimitou-se o contexto político em que as políticas públicas de esporte e lazer foram desenvolvidas. No segundo momento, buscou-se identificar os

dispositivos legais correlatos a política analisada. Posteriormente, diagnosticou-se a capacidade técnica e operacional do aparato institucional destinado ao fomento das ações esportivas locais bem como a gestão orçamentária com vistas à identificação do direcionamento dos recursos financeiros e as prioridades da execução orçamentária de governos ideologicamente distintos. Em sequência, o planejamento e a gestão das ações direcionadas ao fomento da política de esporte e lazer. Ademais, foram analisados os instrumentos de controle social utilizados no processo de planejamento e avaliação da política implementada. Enquanto fatores limitantes desse estudo encontram-se a ausência de dados relacionados a reforma da estrutura administrativa ocasionadas anteriormente a lei 003/2013 e a ausência do plano de governo proposto pelo gestor no pleito de 2008.

## **CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO INVESTIGADO**

Belo Campo encontra-se localizado no território de identidade Sudoeste Baiano e possui uma área total de 772,8 km<sup>2</sup>. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2017, a população local correspondeu a aproximadamente 18 mil habitantes. Neste sentido, torna-se importante destacar que o município em questão tem passado por um processo de envelhecimento. Entre os anos de 1991 a 2010, a população local referente à faixa etária de 0 a 14 anos diminuiu cerca de 14,3%. Em contrapartida, a população com 60 anos ou mais, aumentou cerca de 5,3% (SEI, 2016). No tocante a economia, o município apresentou em 2014 um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente a R\$ R\$ 95.835.877,00. Logo, 72,5% desse valor foi proveniente do comércio local, 9,3% do setor industrial e 18,2% do setor agropecuário (SEI, 2016).

Referente à educação, Belo Campo atingiu em 2015 a nota de 4,1 nos anos iniciais e 3,4 nas séries finais, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registrado no município correspondeu a 0,575. Ao levar em consideração as diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pode-se considerar o referido índice abaixo dos padrões desejáveis (PNUD, 2010).

No que diz respeito ao esporte e lazer, a lei orgânica municipal de Belo Campo promulgada a partir da assembleia municipal constituinte em 1990, instituiu diversas competências, tais como: “O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais [...] O município incentivará o lazer como forma de promoção e integração social” (BELO CAMPO, 1990).

A partir do contexto político analisado foi possível verificar que a administração municipal foi governada por Cezar Ferreira dos Santos Silva, eleito em 2008 com 4.721 votos pela coligação “por uma cidade melhor”, composta unicamente pelo Democratas (DEM). O prefeito foi reeleito em 2012 com 4.601 votos por meio da coligação “Belo Campo para continuar a crescer”, composta pelo Partido Progressista (PP) e pelo Partido Social Democrático (PSD). Do ponto de vista político-ideológico ocorreram alterações significativas, apesar da continuidade do gestor. Desta forma, foi possível perceber que na primeira gestão, o poder público foi governado pelo DEM, considerado de Direita. Na segunda gestão, foi governado pelo PSD, um partido de centro de acordo com a classificação partidária estabelecida por Maciel; Alarcon e Gimenes (2017).

O poder legislativo durante o primeiro governo foi composto por 9 vereadores de diversas legendas partidárias: Democratas - DEM (4), Partido Socialista Brasileiro - PSB (3); Partido dos Trabalhadores - PT (1); Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (1) (TSE, 2012). Não obstante o partido do gestor tivesse a maior bancada no cenário legislativo, a Câmara Municipal esteve ideologicamente dividida, ao levar em consideração a sua composição: 4 vereadores de direita, 4 de esquerda e 1 de centro. No segundo governo, a alternância do gestor para o PSD resultou na seguinte configuração partidária: PSD (5), PSB (3), PDT (2) e PT (1). Independentemente do partido do gestor ter alcançado êxito nas eleições para a Câmara Municipal, o maior quantitativo de vereadores eleitos representavam partidos de esquerda (6) enquanto a base aliada representou os partidos de centro (5).

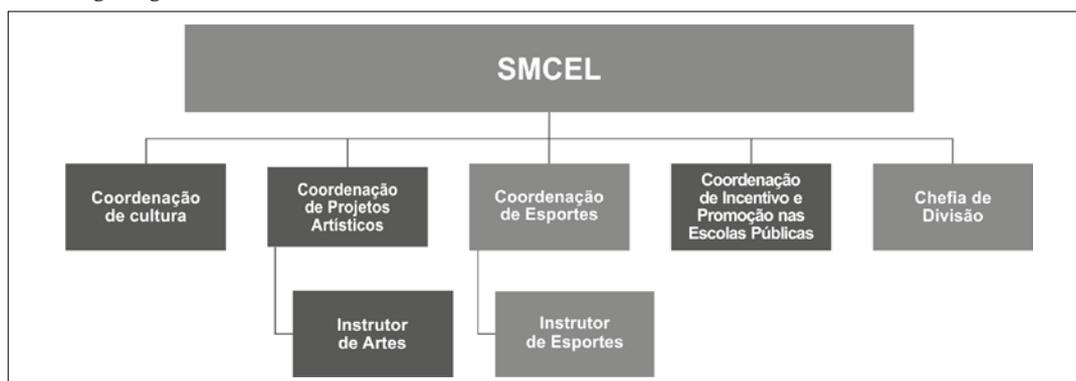
## **O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

Após a descrição das principais características socioeconômicas e do cenário político do município analisado torna-se necessária uma explanação sobre os elementos estruturantes da política esportiva local. Nesta lógica, apresenta-se a seguir: os marcos legais correlatos a temática bem como os aspectos relacionados à estrutura organizacional, recursos humanos, financiamento e controle social.

Ao analisar o arcabouço legal correlato ao esporte e lazer foi possível diagnosticar que a Lei Orgânica Municipal de Belo Campo (LO), promulgada a partir da assembleia municipal constituinte em 1990, instituiu as seguintes competências: “Art. 99 – O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais [...] Art. 100 – O município incentivará o lazer como forma de promoção e integração social” (BELO CAMPO, 1990).

Contudo, o marco legal para o setor em questão durante o período analisado se apresenta por meio da Lei Complementar 003/2013, que dispõe sobre a estrutura da administração direta da Prefeitura Municipal de Belo Campo (BELO CAMPO, 2013a). A partir da criação da referida lei o município passou a contar com um novo órgão responsável pelo fomento do Esporte e Lazer, a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SMCEL). Até a promulgação da lei, as ações eram desenvolvidas pelo Departamento de Cultura e Desporto, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação. Apesar da nova organização estrutural, as ações destinadas ao setor esportivo ficaram a cargo da então coordenação de esportes, unidade administrativa da SMCEL. Além disso, constatou-se a ausência de uma unidade administrativa voltada ao lazer, conforme pode ser observado na figura 1.

**Figura 1** - Organograma da SMCEL.



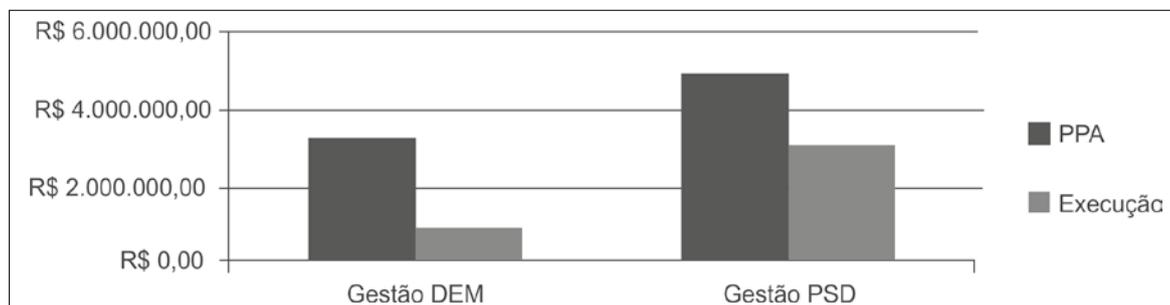
Fonte: Belo Campo (2013a). Elaborado pelos autores.

Neste contexto, é importante salientar que o compartilhamento de três esferas em uma única secretaria pode acarretar na limitação ou inexistência de autonomia no desenvolvimento das mesmas, uma vez que um destes fenômenos pode ter atribuído ao fomento de suas ações um caráter secundário (SILVA; COUTO; SANTOS, 2014, p.82).

A nova lei ainda designou um corpo técnico de dezesseis funcionários para a SMCEL, sendo que, sete cargos foram alocados para a gestão esportiva, a saber: um Secretário Municipal de Cultura Esporte e Lazer (Cargo Comissionado); dois Coordenadores de Esportes (Cargos Comissionados); dois Instrutores de Esporte (Cargos Efetivos); dois Chefes de Divisão (Cargos Efetivos). Até então, existia apenas um cargo destinado a gestão esportiva local.

Ao analisar o planejamento e execução orçamentária destinada ao fomento da política esportiva local foi possível notar uma evolução significativa, conforme observado no gráfico 1. Vale ressaltar que durante a análise não foi utilizado nenhum índice de correção dos valores. Logo, foram utilizados os valores nominais de cada período.

**Gráfico 1** - Planejamento x execução orçamentária direcionado a FDL na gestão DEM e PSD - em Reais.



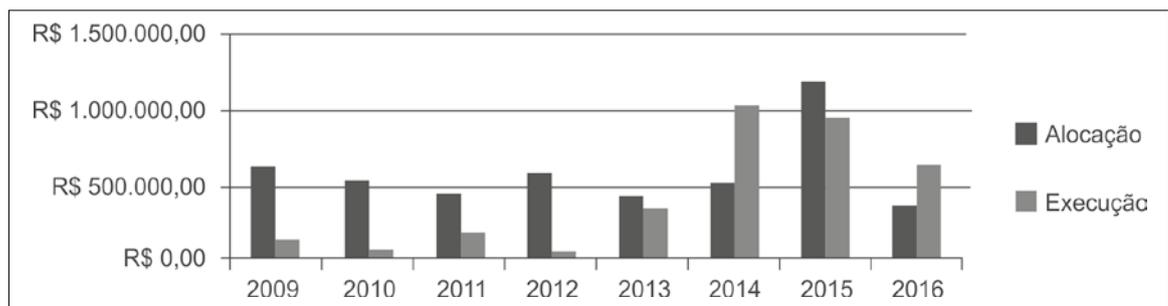
Fonte: Belo Campo (2009a, 2009b, 2010, 2011, 2012, 2013b, 2013c, 2014, 2015). Elaborado pelos autores.

No governo do DEM foram alocados cerca de R\$ 3.326.102,75. A maior parte desses recursos financeiros foram destinados para obras de infraestrutura esportiva, tais como: construção de quadras poliesportivas e construção do ginásio de esportes. Em contrapartida, foi possível diagnosticar recursos financeiros alocados para a promoção do lazer, incentivo ao esporte e manutenção do órgão gestor (BELO CAMPO, 2009a). Contudo, a execução orçamentária correlata a FDL no período analisado foi de R\$ 838.014,89. No que diz respeito a segunda gestão, o valor alocado para a FDL correspondeu a R\$ 5.000.000,00. Vale ressaltar que a lógica de construção e manutenção de espaços e equipamentos esportivos foi mantida através da implementação de parques urbanos, construção de praças poliesportivas e recuperação de equipamentos esportivos e de lazer (BELO CAMPO, 2013b). Por outro lado, a execução orçamentária da FDL neste período foi de R\$ 3.131.100,47. Apesar das mudanças elencadas, o segundo governo se amparou no continuísmo político, mantendo assim, a conclusão de obras oriundas do primeiro mandato.

Os governos analisados apresentaram planejamento similar em relação aos objetivos estabelecidos nos planos plurianuais. No PPA 2010-2013 as ações preconizavam a promoção do esporte e lazer enquanto meio de integração social. No PPA subsequente, o objetivo foi mantido. Neste sentido, os dados encontrados corroboram com o estudo de Wu et al., (2014), o qual aponta que as novas decisões tomadas pelos gestores são resultados, de decisões anteriores, o que resulta em mudanças pequenas ou incrementais.

Em compensação, ao verificar as Leis Orçamentárias Anuais e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária constatou-se divergências entre a alocação e a execução orçamentária anual, evidenciando assim, contradições na gestão esportiva. O governo do DEM executou os recursos financeiros abaixo do planejado. Por outro lado, o governo do PSD executou valores superiores a alocação em três dos quatro anos da gestão, conforme aponta o gráfico 2.

**Gráfico 2** - Alocação e execução orçamentária direcionada a FDL no município de Belo Campo/BA - em Reais.



Fonte: Belo Campo (2009b, 2010, 2011, 2012, 2013c, 2014, 2015). Elaborado pelos autores.

Para Bonalume (2004), a maioria dos municípios brasileiros apresentam desalinhamento entre a formulação da política esportiva e o desenvolvimento das ações. Tal dissonância evidencia a necessidade de criação de instrumentos de controle social, como o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e o Fundo Municipal de Esporte e Lazer. Tais instrumentos possibilitam a execução dos recursos alocados, uma vez que o conselho e o fundo auxiliam o planejamento, controle e execução das ações desenvolvidas (MOREIRA; MATOS, 2004; SAWITZKI, 2012).

No tocante a captação de recursos financeiros junto a entidade governamentais, o município captou cerca de R\$ 3.506.250,00 junto ao Ministério do Esporte, sendo R\$ 932.500,00 na gestão DEM e R\$ 2.573.750,00 na gestão PSD. Nos dois s, o direcionamento foi exclusivamente para infraestrutura esportiva. Em relação à SUDESB, não foi encontrado nenhum convenio firmado durante o período do estudo (BRASIL, 2018). A ausência ou baixa captação de recursos via convênios em um determinado período pode evidenciar disputas no âmbito político partidário. Vale destacar que o gestor público local era filiado ao DEM durante a primeira gestão, o qual fazia oposição ao Governo do Estado e Federal. Contudo, embora o gestor tenha sido reeleito, o mesmo passou a ser filiado ao PSD na segunda gestão, partido inserido na base aliada dos Governos Estadual e Federal. Tais dados corroboram com os pressupostos de Starepravo; de Souza e Marchi Júnior (2013, p.791) os quais apontam a existência de disputas constantes no setor e que as ações dos agentes tem seu direcionamento a partir da função ocupada.

**Tabela 1** - Comparativo entre o PIB municipal, % PIB FDL, Crescimento Populacional e execução FDL per capita - em Reais.

ANO	PIB	% PIB FDL	CRESCIMENTO POPULACIONAL	EXECUÇÃO PER CAPITA – FDL
2009	R\$ 52.605.514,00	0,32%	15185	R\$ 11,25
2010	R\$ 59.935.731,00	0,15%	16021	R\$ 5,66
2011	R\$ 66.691.074,00	0,36%	15915	R\$ 15,13
2012	R\$ 74.917.729,00	0,05%	17625	R\$ 2,31
2013	R\$ 87.128.495,00	0,53%	18539	R\$ 25,12
2014	R\$ 95.835.877,00	1,11%	18459	R\$ 57,70
2015	R\$ 105.485.417,00	0,89%	18383	R\$ 50,82
2016	R\$ 118.405.053,00	0,17%	18312	R\$ 37,79

Fonte: IBGE (2018). Elaborado pelos autores.

Ao estabelecer um comparativo entre a execução orçamentária com a FDL e o PIB local observou-se uma oscilação no investimento voltado ao setor, levando-se em consideração o % do PIB em relação a FDL. O valor executado na FDL teve significativa redução no período de 2010 a 2012 e maior investimento no ano de 2014. As informações elencadas reafirmam o maior investimento na FDL por parte da gestão PSD em relação à gestão DEM, no que se refere ao PIB local.

Um dado a ser ressaltado relaciona-se ao ano de 2012 corresponder a um período eleitoral. Tal dado vai de encontro ao argumento de Souza et al., (2018, p.13), os quais apontam a existência de um incremento na execução orçamentária no esporte e lazer em períodos eleitorais. Além disso, foi possível observar que o crescimento populacional também não se apresentou como uma variável condicionante do aumento de investimentos na FDL.

No que diz respeito ao controle social, apesar da legislação municipal indicar a necessidade de implementação de alguns mecanismos de controle e gestão democrática como conselhos e colegiados municipais, não foram evidenciados dados que comprovassem a existência de tais instrumentos. Ao mesmo tempo, não foi identificada a realização de fóruns, conferências ou outras ações que viabilizasse a participação direta da população na gestão da política pública de esporte e lazer do município. Contudo, diagnosticou-se a divulgação das ações realizadas a partir dos portais institucionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto foi possível concluir que a reorganização do aparato institucional através da constituição de uma secretaria para o fomento da política esportiva local não apresentou mudanças significativas no que diz respeito ao processo de planejamento e gestão do esporte e lazer, apesar do aumento significativo de recursos humanos destinados ao setor.

Ao mesmo tempo, verificou-se nos dois governos, uma dissonância relacionada a alocação e execução orçamentária da FDL. Em adição, constatou-se que os recursos investidos na área foram prioritariamente direcionados para obras de infraestrutura esportiva e que o planejamento das ações seguiu uma lógica incremental, sem grandes mudanças entre os governos. Notavelmente, a única diferença encontrada refere-se ao financiamento, tendo em vista a elevação significativa no segundo período da gestão pública municipal bem como o aumento na captação de recursos via convênios. Ademais, foi possível evidenciar que a ausência de instrumentos de controle social referente as ações desenvolvidas apresentaram-se como uma ação recorrente dos governos analisados.

Nesta lógica, acredita-se que a realização de novos estudos correlatos à temática poderá contribuir para uma maior compreensão sobre a relação estabelecida entre o campo político-ideológico e a política pública de esporte e lazer implementada em contextos municipais. Para tal, é preciso ampliar os elementos explicativos, levando em consideração as ideias e estratégias dos agentes inseridos no referido contexto.

## REFERÊNCIAS

BARROS, A.P. **A política ambiental e o poder local: uma análise das políticas públicas de meio ambiente do município do Cabo de Santo Agostinho.** (Dissertação de mestrado, UFPE), Pernambuco, Brasil. 2009.

BELO CAMPO. Lei Nº 08/2015 de 27 de Novembro de 2015. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2016.** 2015. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 09 de 30 de junho de 2014. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2015.** 2014. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 003/2013, **Dispõe sobre a Estrutura da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Campo e dá outras providências,** 2013a. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: Março de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10/2013, **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2014/2017 e da outras providências,** Belo Campo, 2013b. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11 de 08 de Novembro de 2013. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2014.** 2013c. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 07 de 30 de novembro de 2012. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2013.** 2012. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 06/2011, de 27 de dezembro de 2011. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2012.** 2011. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11 de 23 de novembro de 2010. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2011.** 2010. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº15/2009, **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2010/2013,** Belo Campo, 2009a. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 016 de 30 de setembro de 2009. **Estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento Anual do Município de Belo Campo, para o exercício financeiro de 2010.** 2009b. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica Municipal.** Belo Campo, 1990. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/belocampo>. Acesso em: mar. 2018.

BONALUME, C.R.; ECHER, S. R. IV seminário nacional de políticas públicas em esporte e lazer: carta de apresentação In: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER. **Anais...**p.7, Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004.

BRASIL, **Portal da transparência do governo federal – convênios.** 2018. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios>. Acesso em: set. 2018.

COSTA, D.R.; SILVA, O.O.N. A análise das políticas públicas de esporte e lazer no município de Serrolândia-BA. In: SILVA, O.O.N.; RAMOS, M.D.P.; SOUZA, G.A.; SILVA, T.D.; NOVA, J.V.S.T. (Orgs). **Políticas públicas de esporte no interior da Bahia,** Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p. 47-70.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Belo Campo-BA, 2018. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 mai. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros, Esporte 2016**. Rio de Janeiro, 2016.

MACIEL, A.P.B.; ALARCON, A. de O.; GIMENES, É.R. Partidos políticos e espectro ideológico: Parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v.8, n.3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834/34608> Acesso em: Ago. 2018.

MENDONÇA, G.M. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Salvador: Unifacs, 2009.

MENDES, D.L.A.; RAMOS, M.D.P. Políticas públicas de esporte no município de Quixabeira entre os anos de 1989 a 2016 In: SILVA, O.O.N.; RAMOS, M.D.P.; SOUZA, G.A.; SILVA, T.D.; NOVA, J.V.S.T. (Orgs). **Políticas públicas de esporte no interior da Bahia**, Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p. 91-106.

MOREIRA, F.; MATOS, L. Esporte, arte e lazer em Belém como direito a cidade. V seminário nacional de políticas públicas em esporte e lazer In: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER. **Anais...**p.11, Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Mapa do IDHM do Brasil**. 2010. Disponível em: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) Acesso em: mar. 2018.

RIBEIRO, L.G.; SILVA, T.D.; ALMEIDA, S.C. O ordenamento legal do setor esportivo no território médio Rio de Contas. **Revista acadêmico mundo**, Salvador, v.6, p.04-24, 2016.

SANTOS, E.S. dos; CANAN, F.; STAREPRAVO, F.A. Investimentos na função desporto e lazer por parte dos municípios da Bahia de 2002 a 2011. **J. Phys. Educ.**, Maringá, v.29, n.1, p.2-10, 2018.

SANTOS, N.S.C.; RAMOS, M.D.P. As ações dos poderes legislativo e executivo relacionadas as políticas públicas de esporte no município de Jacobina/BA – 2013 a 2016 In: SILVA, O.O.N.; RAMOS, M.D.P.; SOUZA, G.A.; SILVA, T.D.; NOVA, J.V.S.T. (Orgs.) **Políticas públicas de esporte no interior da Bahia**, Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p.125-154.

SANTOS, A.B.; SILVA, T.D.; OLIVEIRA, F.A. As políticas públicas de esporte do município de Jaguaquara-Bahia frente às prerrogativas da política nacional de esportes. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v.5, n.1, p.79-88, 2015.

SAWITZKI, R.L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v.15, n.1, p.1-16, 2012.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador, 2011

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indicadores municipais**, 2016.

SILVA, T.D.; COUTO, A.M.S.; SANTOS, M.L.A. Análise da estrutura administrativa e financeira do esporte no município de Ipiaú-BA. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v.3, n.3, p.77-87, 2014.

SILVA, T.D.; ÁVILA, M.A. Análise da estrutura administrativa e financeira destinada ao lazer no município de Jequié/BA. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v.13, n.1, p.31-40, 2014.

SILVA, T.D.; SOUZA, L.N.; MARTA, F.E.F. A política esportiva do município de Jequié/BA e seus reflexos no desenvolvimento urbano. In: SILVA, O.O.N.; RAMOS, M.D.P.; SOUZA, G.A.; SILVA, T.D.; NOVA, J.V. S. T. (Orgs). **Políticas públicas de esporte no interior da Bahia**, Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p. 175-202.

SILVA, M.S.; NOVA, J.V.S.T. Políticas públicas de esporte da cidade de Saúde/BA: uma análise documental. In: SILVA, O.O.N.; RAMOS, M.D.P.; SOUZA, G.A.; SILVA, T.D.; NOVA, J.V.S.T. (Orgs). **Políticas públicas de esporte no interior da Bahia**, Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p. 155-174.

SOUZA, N.B. da S.; LIMA, S.A.; MENEZES, M.L.; MENEGALDO, P.H.I.; SILVA, T.D. A política pública de esporte e lazer implementada no município de Barra do Rocha/BA. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.17, n.03, p.7-16, 2018. ISSN; 1981-4313.

SOUZA, G.A.; SILVA, O.O.N. Investimento público em esporte na cidade de Capim Grosso 2006-2014: uma análise no portal da transparência municipal. In: SILVA, O.O.N.; RAMOS, M.D.P.; SOUZA, G.A.; SILVA, T.D.; NOVA, J.V.S.T. (Orgs). **Políticas públicas de esporte no interior da Bahia**, Rio de Janeiro: Eulim, 2017, p. 71-90.

STAREPRAVO, F.A.; DE SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.35, n.3, p.785-798, 2013.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**. Eleições municipais 2012. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/> Acesso em: mar. 2018.

WU, X. et al. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília, Enap, 2014.

Centro de Estudos em Gestão do Esporte e Lazer - CEGEL  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Av. José Moreira Sobrinho s/n  
Jequiezinho  
Jequié/BA  
45208-091